

Entrega de emendas vai até meia-noite de 4ª

Esta semana será de intensa movimentação no Congresso Nacional, pois à meia-noite da quarta-feira encerra-se o prazo para apresentação de emendas pelos constituintes ao substitutivo do relator, que terá o prazo de cinco dias para apresentar o parecer às emendas e concluir o novo substitutivo de Constituição. Paralelo aos trabalhos constitucionais, a Câmara, o Senado e o Congresso Nacional programaram sessões para apreciação de decretos-leis e discussão de matéria com regime de urgência, como a proposta de emenda à Constituição, do senador Leite Chaves (PMDB/PR), propondo adoção imediata do sistema de governo parlamentarista.



O dia 3 de setembro, quinta-feira, está reservado para a publicação do avulso das emendas. No dia 07, segunda, o relator Bernardo Cabral apresentará o seu segundo substitutivo, que será publicado e divulgado em avulso nos dias 8 e 9. A semana entre o dia 10 e 17 está reservada para a discussão e votação do segundo subs-

titutivo, com o projeto definitivo dentro da Sistematização. E a partir do dia 18 e sem previsão de dias, discussão e votação do projeto em primeiro turno.

Já o programa dos debates sobre as emendas populares prevê para esta segunda-feira, das 19 às 23h30 discussão de sete propostas, entre os quais Forças Armadas, Desarmamento Nuclear e Mediuinidade. Na terça-feira, no período entre 10 e 13h30 e 15 e 19h30 estão confirmados os debates das emendas populares sobre participação popular, diretas já, — defendida pelo senador Mário Covas e pelo deputado Luis Inácio "Lula" da Silva, e voto porcional. Na quarta-feira, no mesmo horário, estão programadas discussões sobre ensino público e gratuito, preservação do Sesi, Senai, Sesc e Senac, além do ensino religioso. Na quinta-feira, no mesmo período, foram confirmados os debates sobre a reforma agrária, dívida externa, cooperativismo e imposto de renda. Na sexta-feira, no mesmo horário, sessões debatendo a censura, populações indígenas e monopólio estatal do petróleo e comunicações.

Congresso

A secretaria-geral da Mesa divulgou que serão realizadas ses-

sões conjuntas nesta segunda, terça e sexta-feira, sempre às 14h00, quando serão lidos os últimos 54 decretos-leis do Governo Figueiredo, entre os quais, o que concedeu 16 referências a todos os servidores civis e militares da União.

Dois anos e 5 meses após a posse do Governo José Sarney, o Congresso Nacional começará a apreciar, na próxima terça-feira, os primeiros decretos-leis baixados pelo presidente José Sarney, como a criação dos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Urbano e da Ciência e Tecnologia. Mas o Congresso analisará também aproximadamente 45 vetos presidenciais, entre os quais, o projeto que concedia piso salarial aos jornalistas, o que suspende a execução de sentenças de despejo, o programa de apoio à produção nacional de leite e o que regulamentava as profissões de cabeleireiro, manicure, depilador e esteticista.

Segundo o secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Martins, ainda não existe uma pauta definida para as sessões vespertinas de amanhã e quarta-feira. Já o Senado Federal, nas sessões de segunda, quarta e quinta-feira, sempre às 14h30, examinará empréstimos e escolha de autoridades.



Arquivo 09/05/87



Arquivo 26/7/86

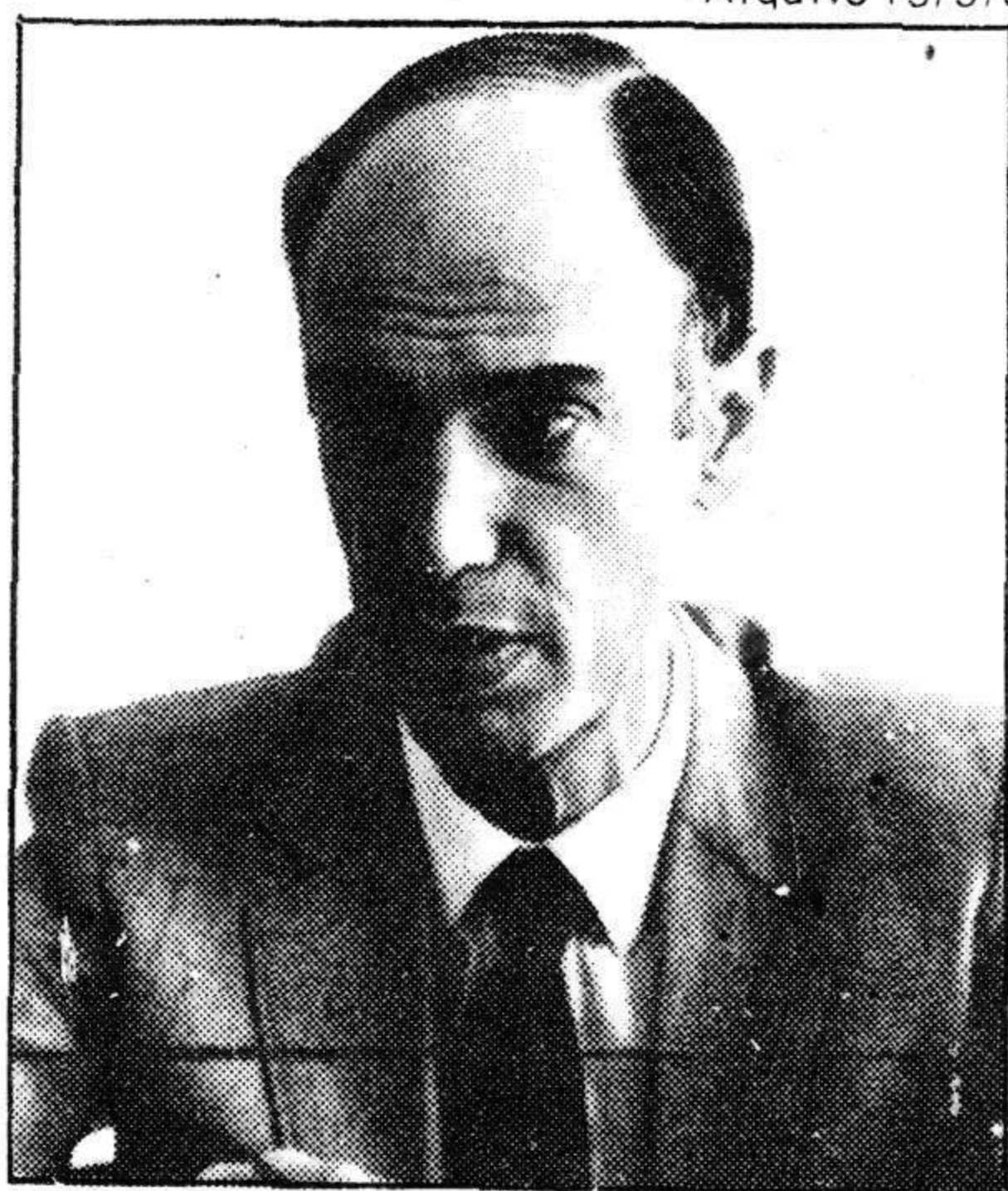
O líder Mário Covas e Lula, do PT, defenderão na terça a emenda popular sobre diretas 88

Sistema de governo ainda indefinido

Andrei Meireles

Por falta de homogeneidade política e ideológica, os principais partidos simplesmente não funcionaram na Constituinte. Eles, então, cederam lugar aos blocos que se polarizaram em torno dos pontos mais conflitantes como a reforma agrária, a definição do conceito de empresa nacional, entre outros. Mas justamente na questão mais polêmica da Constituinte — o sistema de governo — nem partidos e nem blocos estão pesando. É que tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo têm defensores na esquerda, na direita e no centro. Até aqui, as pesquisas, cada vez mais frequentes, mostram-se incapazes de revelar com precisão uma tendência: umas constataam maioria parlamentarista e outras a vantagem presidencialista.

As principais lideranças políticas, em sua maioria, são presidencialistas. De José Sarney aos presidentes do PDT, Leonel Brizola, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, passando por Ulysses Guimarães, do PMDB e de Marco Maciel, do PFL, há uma disposição comum de derrotar o parlamentarismo. Com poucas exceções — as principais são o senador Afonso Arinos de Mello Franco e o senador Mário Covas, que só recentemente explicitou sua posição —, os parlamentaristas se consideram fortes justamente entre a grande maioria dos parlamentares que não têm a pretensão de vir a ser Presidente da República. Os



Maciel quer presidencialismo

governadores que pensam em se candidatar — como Orestes Quércia de São Paulo, Moreira Franco do Rio de Janeiro, e Newton Cardoso, de Minas Gerais — são também ardorosos defensores do presidencialismo.

Negociação

No substitutivo do deputado Bernardo Cabral, foi adotada uma fórmula mais próxima da clássica de sistema parlamentarista, atendendo a uma proposta do senador Afonso Arinos de Mello Franco. Mas um ponderável contingente de parlamentaristas não ortodoxos — nos quais se inclui o senador Fernando Henrique Cardoso, o deputado Luiz Henrique, entre outros — querem negociar um sistema misto, que viabilize a sobrevivência do sistema e a eleição direta para a

Presidência da República. Esse grupo está negociando em diversas frentes. Na sexta-feira, por exemplo, Luiz Henrique deixou o Palácio do Planalto convencido de que o presidente José Sarney topa a negociação. Mais tarde, em almoço com os ministros militares na residência de Afonso Arinos, o grupo teve a agradável surpresa de saber que o ministro Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica, também é simpático ao parlamentarismo. Outro ministro militar sensível aos argumentos dos parlamentaristas é o general Ivan de Souza Mendes, do SNI.

Nos próximos 15 dias, os parlamentaristas esperam criar as condições para um acordo que assegure a mudança do sistema de governo e garanta uma fatia de poder para o presidente da República. Para isto, eles contam com um forte argumento, na Comissão de Sistematização, os parlamentaristas são majoritários. E o que aprovarem na Comissão para ser derrotado em plenário necessita de 280 votos, um número considerado difícil de mobilizar para qualquer das questões polêmicas da Constituinte.

Os presidencialistas, cada vez mais se dispõem a abrir de parcela de poder para transformar o Legislativo em uma instituição muito forte, mas ainda não concordaram em transferir o comando do governo do Executivo para o Parlamento. Não será uma negociação fácil. De seus resultados, dependerá a fixação do mandato do presidente José Sarney.

PFL pode contrariar líder

Gerson Menezes

A melhor opção de sistema de governo, para o PFL, é o parlamentarismo. A idéia, que vem sendo defendida cada vez com mais insistência pelo secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz (MS), pode colocar em risco as previsões do líder da PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), que diz ter certeza de que a maioria de sua bancada optará pelo presidencialismo.

Saulo Queiroz apóia-se no fato de que o PFL, como partido novo, tem maiores chances de se consolidar a partir da adoção de um sistema apontado como gerador de partidos fortes. E acrescenta que, ao contrário do que pode supor um "observador político desavisado", há uma grande tendência para a tese parlamentarista.

Esse julgamento não se baseia apenas nos argumentos que podem ser utilizados em favor do parlamentarismo, mas na própria dúvida que se levanta em relação à suposta "maioria presidencialista" no PFL, que teria grande peso numa decisão em plenário. O líder José Lourenço se baseia num questionário distribuído há mais de um mês à bancada, em que a maioria teria rejeitado o Parlamentarismo, mas ao resultado desse questionário poucos tiveram acesso e, além do mais, nem todos respon-

deram às questões. O vice-líder Lúcio Alcântara (CE) informa que 30 a 40 parlamentares deixaram de responder (inclusive ele próprio) e, embora se defina como presidencialista, garante que não se trata de "questão decidida" na sigla.

Balanço

Algumas amostragens também contestam o balanço de José Lourenço, para quem o PFL tem "uns seis ou oito parlamentaristas", que ele pretende reduzir "a dois", no máximo, contando Câmara e Senado. Na última quinta-feira, reunida a comissão interna do PFL destinada a examinar o substitutivo Bernardo Cabral, revelou-se franca tendência parlamentarista: seis contra dois presidencialistas. São parlamentaristas na comissão: Saulo Queiroz, Aloísio Chaves (PA), Mendes Thame (SP), José Lins (CE), Arnaldo Prieto (RS) e o senador Carlos Chiarelli. De presidencialistas, apenas o próprio José Lourenço e o presidente do PFL, senador Marco Maciel.

Também na Comissão de Sistematização, dos 23 membros efetivos do PFL, pelo menos doze já admitiram sua simpatia pelo parlamentarismo. O líder José Lourenço mostra-se eufórico em suas avaliações, que não primam pela exatidão. Na semana passada, bastou o senador Agripino Maia (RN) dizer que não se considera mais um "parlamentarista convicto" para Lourenço incluí-lo

imediatamente na lista de presidencialistas. O próprio Agripino, no entanto, explica que ainda está "meditando".

Enquanto esses balanços "pré-presidencialismo" revelam sua inexatidão, o deputado Saulo Queiroz começa a colher os primeiros frutos de sua pregação: na última quinta-feira o deputado Alcení Guerra (PR) lhe comunicou que toda a bancada pefelista do Paraná, com exceção apenas de Antônio Ueno, já se definiu pelo Parlamentarismo: além do próprio Alcení, os deputados Jacy Scanagatta, Dionísio Dal Prá e Paulo Pimentel.

Não há como desconhecer — diz Saulo Queiroz — que os partidos políticos, principalmente os maiores, assistiram até agora, na Constituinte, a um enfraquecimento acentuado dos seus que naturalmente devem ligar políticos e siglas partidárias. Hoje não há um processo de simbiose entre os partidos e seus filiados. No panorama atual, o parlamentarismo iria contribuir em muito para fortalecer o quadro partidário.

Em relação à defesa feita pelo presidente Sarney do sistema presidencialista, Saulo Queiroz sintetizou sua opinião: "Não tenho como afogar as minhas convicções quanto à melhor forma de se instituir um valor permanente — que é o regime de governo — em face apenas de uma circunstância que, como o nome indica, é meramente transitória".